

A construção da paisagem cultural de Araponga-MG

Vanessa Lopes de Miranda

Mestre, UFV, Brasil.
vanessa.l.miranda@ufv.br

Leonardo Civale

Professor Doutor, UFV, Brasil.
civale@ufv.br

RESUMO

Este trabalho é parte dos resultados de uma pesquisa que visa compreender as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na paisagem de Araponga – MG., utilizou-se como recorte temporal 1996 a 2020. Discorre-se acerca do papel da paisagem na discussão sobre patrimônio cultural em uma pequena cidade de Minas Gerais, considerando que a mesma recebe influência do turismo advindo do Parque. Ao abordar “paisagem” considera-se aspectos morfológicos e simbólicos desse termo polissêmico, retoma-se que ele está atrelado à forma como as pessoas experienciam e se manifestam no espaço, assim, chega-se ao interesse de entender a percepção da comunidade que utiliza a paisagem, seja como moradia, trabalho ou fonte de alimento. O Parque Estadual Serra do Brigadeiro foi inaugurado em meio a conflitos, tais conflitos possibilitaram o reconhecimento de uma comunidade unida e disposta a lutar pelo uso do seu espaço, sendo Araponga uma das protagonistas nesse contexto. Houve, posteriormente, a busca pelo equilíbrio entre o olhar externo, do especialista em patrimônio cultural ou ambiental, e o olhar da comunidade local que percebia e utilizava aquele espaço. O estudo da paisagem demanda compreender contribuições que extrapolam o que é visto, é, desse modo, preciso aprofundar nas relações sociais presentes na memória e na história de determinado grupo para entender as modificações ocorridas e seus significados, bem como conciliar olhares externos e internos ao município.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem. Pequenas Cidades. Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

INTRODUÇÃO

Ao estudar as pequenas cidades do noroeste do Paraná, Endlich (2006, p. 384) relata como seus questionários e entrevistas possibilitaram uma interpretação que vai ao encontro às análises econômicas e demográficas realizadas por ela anteriormente. A estudiosa ressalta as peculiaridades em cada uma das quatro cidades do foco de pesquisa a partir do olhar daqueles que convivem na cidade cotidianamente, além da necessidade de entender o contexto histórico em cada uma para compreender a valorização feita pela população.

Contam como especificidades os atrativos culturais e naturais peculiares em cada município, como os rodeios em Colorado, os Três Morrinhos, as praias e rios em Terra Rica e os portos e rios em Querência do Norte, indicando apego a atributos territorializados. Neste sentido, cabe destacar, também, a referência positiva à água que se faz no município de Terra Rica. Essa valorização tem que ser interpretada sob o lume da historicidade desta pequena cidade, pois, como já se explicou antes, o abastecimento de água foi uma das principais dificuldades enfrentadas, especialmente no início da cidade, mas que se prolongou por cerca de cinco décadas. As pessoas mencionam a qualidade da água como algo que tem o ‘sabor’ da conquista. (ENDLICH, 2006, p. 384)

Partindo do amplo contexto de cidades como a configuração territorial de Minas Gerais, vislumbra-se a possibilidade de encontrar especificidades em Araponga, ou seja, fatores e características que a distingue de outras, seja pelos aspectos econômicos ou pela forma cotidiana de agir de sua população. A cidade permite pontos de apropriação desigual, ora produzido pelo próprio planejamento do município, ora advindo de dinâmicas que produzem a segregação. Entre as dinâmicas comumente associadas à segregação está a mercantilização da cidade. Faz-se necessário observar que quanto mais complexo o tema, maior a miscelânea de apropriação e reivindicações em meio à cidade.

As imagens produzidas para divulgar os locais ou os bens de uma cidade são, também, uma tentativa de divulgar o quão autêntica é a cidade. Ao abordar autenticidade Canclini (1994, p.112) mostra o risco que se corre ao forçar uma autenticidade para determinado local visando a atratividade. O apreço pela representatividade do patrimônio cultural ou, do bem cultural, deve ser um contraponto à suposta autenticidade. O bem cultural em si, deve ver mais do que um monumento, deve ser visto como tendo um sentido ou uma representatividade.

Não sendo os significados derivados de nossa constituição genética, nem tendo natureza estável, mas sendo produto de escolha e, portanto, historicamente instituídos, mutáveis e diversificáveis, não são nas coisas selecionadas elas próprias que devemos buscar critérios conclusivos para identificar o que compõe esse sistema de referências e guias. (MENESES, 2006, p.37)

O artigo de Meneses (2006) demonstra uma preocupação com as pessoas que usam os espaços da cidade, bem como, a qualidade de vida propiciada por esses espaços e a execução do direito à cidade. O autor se debruça sobre a necessidade de lidar com a complementariedade das ações, tanto de uso cultural da cidade quanto boa infraestrutura para aqueles que usufruem do cotidiano na mesma.

Quanto ao cotidiano, observe-se, ainda, o desconforto inconsciente que ele provoca, já que, muito mais do que uma inofensiva repetição de si mesmo no dia-a-dia, ele é por excelência a instância em que concretamente se instituem as relações sociais, em que as práticas sociais dão corpo e efeito aos interesses em jogo. (MENESES, 2006, p.38)

A partir da estadualização da Serra do Brigadeiro há que se considerar uma mudança de paradigma, na qual novas fontes de renda são incentivadas e há maior preocupação em divulgar a imagem do local, bem como atender àqueles que o procuram. Em outras palavras: o cotidiano, no sentido de atividades realizadas diariamente, foi afetado pela mudança de percepção ocorrida em relação às paisagens de Araponga e, em especial, do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Como o Parque foi inaugurado em meio a conflitos com os moradores próximos houve, em certa medida, um rearranjo programado visando uma relação proveitosa entre as prefeituras envolvidas e para a inserção de normatizações para preservação da mata presente no Parque.

A memória, o patrimônio ambiental e a paisagem cultural visam integrar a cidade e o município. A eles são atribuídos valores afetivos e comerciais. A objetificação e a mercantilização da paisagem é um fato inquestionável. A eles pode-se adicionar adjetivos, demonizando ou ovacionando, no entanto, faz-se necessário trabalhar a partir disso e reconhecer que a relação entre memória e paisagem cultural pode transformar a paisagem cultural em patrimônio, no caso de Araponga. Como diz Canclini:

Devemos transcender a simples análise das relações com o território originário ocupado por cada grupo, com as sedimentações monumentais e institucionais. Os movimentos contemporâneos de transnacionalização e desterritorialização da cultura (migrações, indústrias culturais etc.) têm mudado os processos de formação, produção e transformação dos patrimônios simbólicos em relação aos quais se definem o perfil da vida cotidiana e os traços de identificação dos grupos" (CANCLINI, 1994, p.100)

Pode-se concluir dizendo que o intuito do trabalho foi reconhecer o potencial da paisagem cultural para a temática do patrimônio cultural e afirmar que seria de bom tom se o patrimônio cultural fosse inserido nas políticas urbanas e legislações que tangem o cotidiano. Dessa maneira, o bem cultural não deve ser visto apenas enquanto monumento, ou como artefato, deve ser considerado que o bem possui um entorno também digno de discussão e percepção. Assim, o que se deseja é que a paisagem, enquanto patrimônio, seja pensada não somente através do olhar técnico, mas que se incorpore a percepção daqueles que estão em frequente contato com o bem.

OBJETIVO

Compreender as influências do turismo após implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) na Paisagem de Araponga – MG tendo em vista as relações sociais do espaço estudado. Utilizou-se como recorte temporal 1996 a 2020, período entre o ano de inauguração do Parque e o ano de início deste trabalho. Para o processo de compreensão foram buscadas informações em documentos bibliográficos, legislativos e por meio da percepção de moradores da cidade.

METODOLOGIA

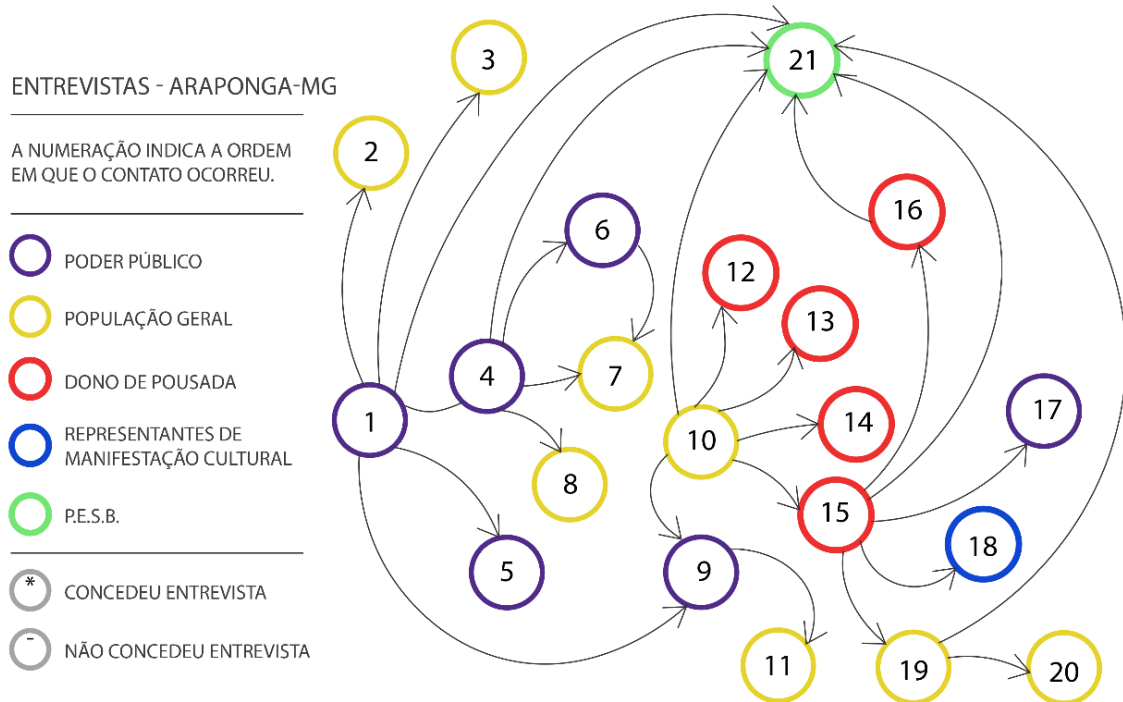
O presente trabalho contou, em uma primeira etapa, com o levantamento bibliográfico sobre paisagens, turismo, campo-cidade, rural-urbano, desenvolvimento regional, preservação ambiental e cultural em Minas Gerais, bem como levantamento sobre Araponga e o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, buscando informações em bibliografias e mapas, utilizando teses, dissertações e artigos científicos disponíveis para consulta em bancos de dados das bibliotecas eletrônicas SciELO e Google Acadêmico. Em paralelo, nesta primeira etapa, ocorrerão visitas *in loco*, para levantar características das paisagens de Araponga no atual momento.

Também nessa etapa de levantamento foram contatados membros da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer de Araponga com o intuito de direcionar a consulta de documentos em órgãos municipais da cidade relacionados ao tema de Cultura, como biblioteca municipais, analisar legislações de esfera municipal que possam ter sofrido influências de legislações estaduais e/ou ambientais de âmbito nacional, criadas e/ou alteradas após a inauguração do PESB, além de identificar itens que condicionaram ou permitiram a interferência na paisagem de Araponga entre 1996 e 2020. Foram contatados também, membros do Sindicato Rural de Araponga visando definir um direcionamento para o início das entrevistas a serem realizadas.

Como parte da segunda etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas com o atendimento de demandas de turistas, utilizando uma amostragem não-probabilística, o método bola de neve (snowball sampling) apresentado por Leo A. Goodman em 1961 (BALDIN, MUNHOZ, 2011). As entrevistas foram iniciadas com pessoas da Secretaria de Cultura, Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Lazer de Araponga, acolhendo falas institucionais e não institucionais, visando criar uma linha do tempo com relatos e possibilitando a identificação de alterações nas paisagens após a inauguração do Parque.

O número de entrevistados alterou conforme retorno dos mesmos, além disso, vale ressaltar que apesar de os prazos estarem definidos em cronograma a pesquisa somente foi iniciada a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP. As entrevistas ocorreram em um período menor que o planejado, visto a situação de pandemia e receio de contaminação, tanto por parte da entrevistadora quanto por parte dos entrevistados, ainda que todos as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) tenham sido consideradas e praticadas.

Figura 01: Processo de entrevistas para este trabalho.



Fonte: Criado pela Autora, 2021.

O turismo pode ser caracterizado como um fenômeno no qual há a deslocação de pessoas no território, promovendo um intercâmbio entre pessoas de diferentes locais, cotidianos e paisagens. Essa dinâmica de deslocamento tem como protagonista o turista em sua viagem, havendo como motivação a fuga de seu cotidiano, busca por desafios, curiosidade em relação a outras culturas, entre outros. De forma complementar, há grupos que oferecem a esse protagonista experiências de lazer, atividades radicais e, ou, recreativas.

A busca por cenários e espaços para atividades que extrapolam o cotidiano possibilita a visualização por uma nova perspectiva. Aquele que vem de fora e apreende, por pouco tempo, um espaço tende a visualizá-lo de maneira diferente do indivíduo que se encontra trabalhando e vivendo no local. Essa mudança de perspectiva tende à formação de novas narrativas para um local, dentro da temática estudada, pode-se dizer que essa nova narrativa aproxima-se de uma paisagem.

Assim, partiu-se da hipótese de que a estadualização do parque da Serra do Brigadeiro colaborou na mudança ou criação de diretrizes relacionadas a turismo e, conseqüentemente, esse turismo influenciou a paisagem do município. Nesse contexto, entende-se que as relações estabelecidas individual ou coletivamente são parte da paisagem, somando-se às decorrências das ações praticadas tanto por aquele que faz uso do espaço quanto o que visita.

RESULTADOS

A degradação gradual da mata e dos machadeiros, propiciada pela exploração sem controle, constituiu um cenário ainda presente na memória de vizinhos da Serra do Brigadeiro. Esse cenário foi encontrado pela Polícia de Vigilância Rural de Viçosa em 1969, quando chegou na região do Pico do Boné. Após essa percepção, a Companhia foi embargada e se retirou desse espaço. Na mata restaram alguns exemplares que demonstraram sua resiliência e, em menos de uma década, retomou seu espaço próximo ao Pico do Boné e em áreas da Fazenda do Brigadeiro.

Em meio aos ocorridos, discussões em favor de uma maior proteção da Mata Atlântica presente na Serra do Brigadeiro ganharam atenção e força. Somado a essas discussões, o interesse de professores da Escola Superior de Florestas da UFV levou à proposta de estadualizar a Serra do Brigadeiro, em 1976, tornando-a uma Unidade de Conservação (UC) em 1996 e com consolidação de um Plano de Manejo em 2006, como apresenta o Diagnóstico Participativo da Realidade Rural do Território.

Vale-nos aqui lembrar que, os planos iniciais para a delimitação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) tomavam como base a sua altimetria (a “Cota Mil”) e, mesmo após esses planos terem sido reformulados, como já analisamos no capítulo anterior, sua base continuou sendo a materialidade do espaço, dada pelos remanescentes contínuos de floresta. Mas, a valorização da materialidade do espaço foi apenas um ponto de partida para o Território da Serra do Brigadeiro, o que levou à territorialização desse espaço foram os “campos de força” elaborados a partir da proposição do parque, que mobilizaram vários atores sociais na luta pela continuidade do uso daquele espaço e onde as identidades das comunidades do entorno da serra dialogaram com projetos de política territorial a partir do ano 2003. (SANTOS, 2019, p.105)

Em um primeiro momento foi proposta a Cota Mil como delimitação de Parque, a partir da qual seriam desalojadas cerca de 400 famílias. A partir de então, reuniões e solicitações foram realizadas para defender o espaço das pessoas que ali viviam, visto que eram proprietários do terreno que estava no projeto de Cota Mil. Em um segundo momento, a delimitação foi feita com a colaboração dos proprietários, considerando além dos aspectos altimétricos. (SANTOS, 2019).

O diálogo com o Entrevistado 13 iniciou-se com a sua fala “essa história é bem longa”. Como ex-membro do Sindicato dos Trabalhos Rurais ativo nas discussões com o IEF, o entrevistado retomou o motivo do nome dado ao Parque. Sabe-se que um Brigadeiro do Exército comprou alguns terrenos e, segundo entrevistado, permitiu que a Belgo Mineira (atual Gerdau) usufruísse das matas entre anos 50 e 80 para extração de madeira e produção de carvão. Com o nítido desmatamento, professores da UFV, que também possuíam terrenos ou colaboravam em atividade de agroecologia, realizaram denúncias, devido à exploração próxima às cabeceiras do Rio Doce e Rio do Paraupeba.

Fazenda do Brigadeiro (Colonizadora Vila Rica S/A) com 3997 (Três Mil novecentos e noventa e sete) hectares foi abando nada por uma empresa que explorava carvão em meados do século passado, hoje toda reformada. A floresta se recuperou e abriga uma infinidade de espécies animais, que podem ser vistas pelos visitantes com mais sorte. São, entre outros, lobos guará, monocarvoeiros e jaguatirica etc.. Quem aventurar por

uma caminhada por velhas trilhas, poderá apreciar orquídeas e bromélias penduradas nos troncos de enormes árvores. (ASSIS, 2003. p.253)

O entrevistado contou que empresa foi expulsa e esse fato deixou explícito três principais consequências negativas. A primeira envolve o fato de que a maioria dos trabalhadores contratados pela empresa perdeu o contato e o vínculo com o rural. Após anos realizando trabalhos para a carvoeira e adquirindo produtos nos armazéns da própria empresa, veio a segunda consequência, o endividamento dos trabalhadores. Além disso, o entrevistado citou como terceira consequência casos de exploração sexual de jovens durante o período em que a empresa se encontrava no local.

Quando foi divulgada os rumores sobre a Cota 1000, na década de 1980, houve uma divisão de interesses entre os moradores do entorno, alguns se revoltaram outros queriam vender suas terras. Nessa mesma época, a Comunidade Eclesiástica de Base ofertava cursos públicos com foco em cuidar da “casa comum”, conscientizando sobre o risco de uso de venenos em plantações e como queimadas são prejudiciais.

Durante entrevista com O 12 foi comentado que ainda hoje há boatos de que nem todos os moradores do entorno encontram-se satisfeitos com a relação definida. Segundo o entrevistado, havia a expectativa por parte de alguns moradores em receber uma indenização pela área que seria cedida ao Parque, no entanto, algumas negociações não foram encerradas.

Em 1991 foi criado o Sindicato dos Produtores Rurais e em 1993, aliado ao CTA, esse grupo promoveu o início do diagnóstico participativo para melhorias nas áreas rurais. Em uma das reuniões foi comentado por um dos participantes que não havia sentido realizar um planejamento para as áreas rurais enquanto “tinha um parque querendo tomar nossas terras”. Após o comentário tornou-se prioridade a formação de comissões para entender as influências do Parque e reivindicar os interesses dos moradores. A repercussão dessas discussões alcançou outros municípios e assim, além de Araponga, uniram em favor do entorno do Parque Araponga, Sericita, Divino, Miradouro, Fervedouro, Muriaé, Ervália, segundo ele, os moradores de Pedra Bonita e Rosário de Limeira foram os últimos a se interessarem.

O processo de estadualização permitiria maior proteção da fauna e flora regionais, bem como nascentes de rios e córregos da região, submetido às definições do Regulamento de Parques Estaduais. As áreas definidas como integrantes do ficaram sob jurisdição e administração do Instituto Estadual de Florestas, responsável por elaborar o Plano Diretor do Parque. Nessa peça legislativa encontra-se o estabelecimento zoneamentos e programas de manejo, de forma a colaborar com a administração das áreas e educação ambiental dos moradores próximos e visitantes.

Em 1994 estava programada a vinda de deputados em Muriaé, visando levantar atividades para alavancar a região. Reuniram cerca de mil pessoas dos nove municípios, além de indicar alguém da UFV para a mesa de abertura. Assim, num dado momento foi abordado o tema do Parque e o grupo presente reivindicou o direito das pessoas que moravam no entorno do Parque. Após anos de encontros e discussões o IEF fez a demarcação considerando as áreas de pastagens dos moradores do entorno.

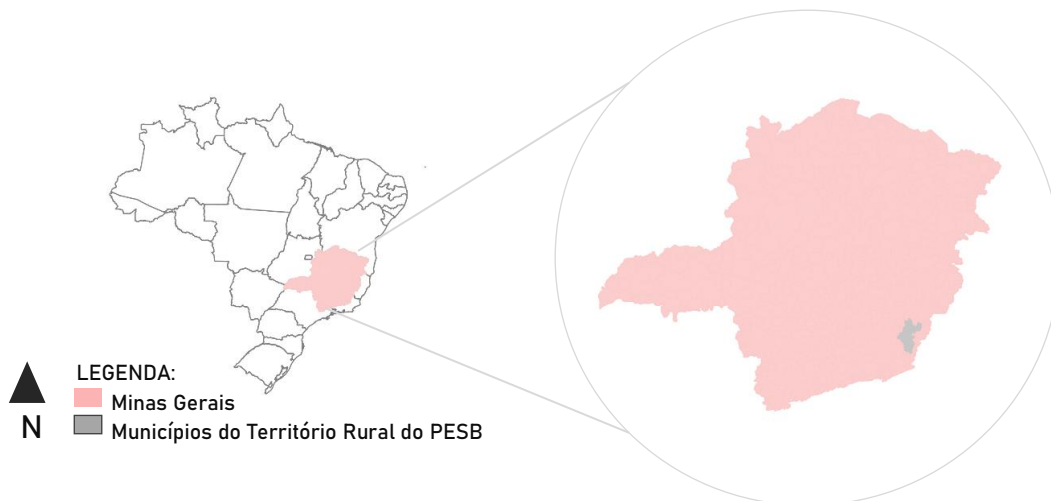
Em 1996 houve a oficialização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), cuja conformação territorial foi uma das principais pautas de defesa do seu ecossistema no final da

década de 1970. E, após formulações e revisões de planos para a delimitação do PESB seguiu-se a luta pela manutenção e valorização do significado dos espaços para os moradores do território que faz fronteira com o PESB. Ainda que o Decreto de setembro de 1996 tenha criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, a inauguração ocorreu em 2003 e as discussões e movimentações por parte dos grupos sociais prejudicados se mantiveram ativas e seguiram até 2006.

Depois do envolvimento de várias organizações (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CTA, CPT, pesquisadores da UFV) e a participação dos moradores da região, o IEF – órgão responsável pela área, criou o parque sem que houvesse desapropriação de área de cultivo das propriedades vizinhas e as áreas de Parque. As áreas de mata do alto da serra foram incluídas no parque e as áreas de roças, pastagens e lavouras dos pequenos proprietários ficaram de fora. (ASSIS, 2003. p.261)

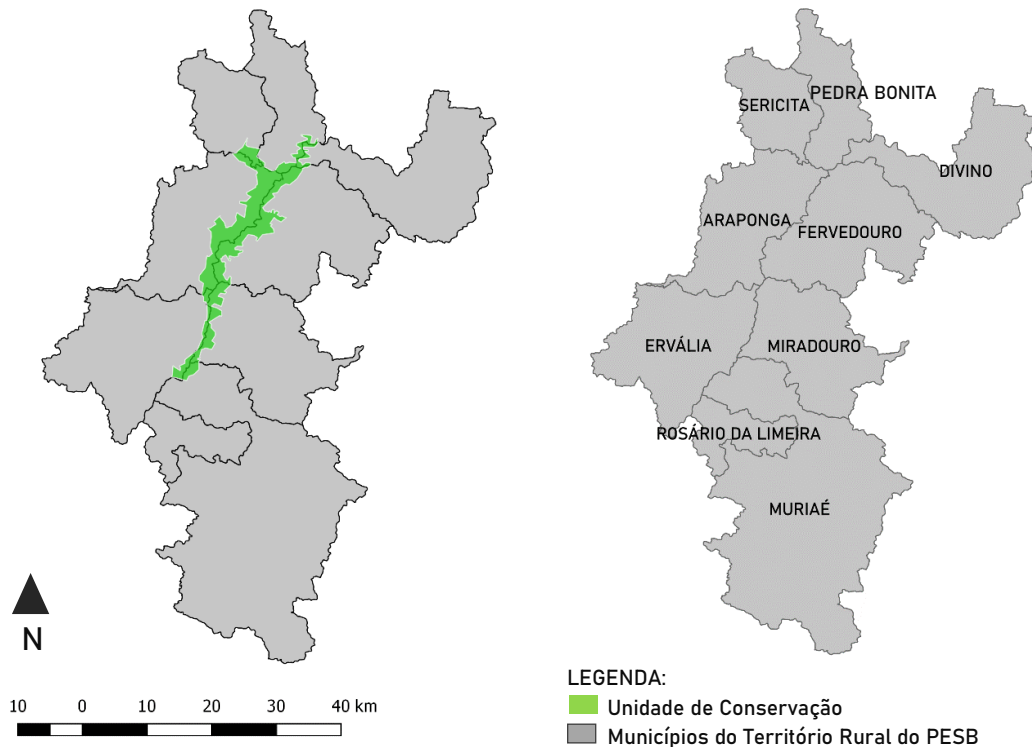
Atualmente, considera-se como Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado Zona da Mata de Minas Gerais, Figura 01, composto por áreas verdes de nove cidades: Araponga, Sericita, Pedra Bonita, Divino, Miradouro, Fervedouro, Muriaé, Ervália e Rosário de Limeira. Entre as que integram do Território Rural Serra do Brigadeiro, ver Figura 02, Rosário de Limeira é única que não possui limites municipais com a área demarcada como Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, enquanto Araponga, elegida para este estudo, apresenta maior participação territorial no PESB, além de locar sua sede.

Figura 02: Localização do Parque Estadual Serra do Brigadeiro em Minas Gerais.



Fonte: Base Cartográfica IBGE. Criado pela autora, 2021.

Figura 03. Localização da Unidade de Conservação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e municípios.



Fonte: Base Cartográfica IBGE. Criado pela autora, 2021.

Inicialmente, a formação de centros administrativos brasileiros esteve atrelada ao litoral e à exploração do mesmo, posteriormente, como mencionado por Endlich (2009, p. 85), formaram-se aglomerações no interior do território brasileiro objetivando o aumento do controle sobre a ocupação. Mais recentemente, a partir de meados do século XX, o Brasil passou por um acelerado processo de urbanização, relacionado ao êxodo rural, e um aumento significativo no número de emancipações de pequenos centros administrativos. Já em Minas Gerais as primeiras aglomerações foram associadas à extração de ouro e, após esse período houve a migração de camponeses, ex-escravos e fazendeiros para interiores ainda pouco explorados, nos quais viveram da agricultura. Nesse contexto se insere-se Arrepiados, denominação inicial do município de Araponga.

Posteriormente, em 1826, com o crescimento do povoado foi criado o distrito com a denominação de São Miguel das Almas de Arrepiados, subordinado ao município de Viçosa. Décadas a seguir, em 1886, o distrito de São Miguel das Almas de Arrepiados, passou a denominar-se São Miguel de Araponga, renomeado por devotos de São Miguel. Assim, o distrito denominado São Miguel do Araponga integra o município de Viçosa e permanece até 1938, quando sua denominação passa apenas para Araponga e deixa de pertencer ao Município de Viçosa para ser anexado ao de Erval, posteriormente nomeado município de Ervália. E, em 1960, Araponga é elevado à categoria de município, sendo desmembrado de Ervália e dividido em dois distritos: Sede e Estêvão Araújo.

Figura 04: Fotografia da vista do centro de Araponga sem data conhecida.



Fonte: Arquivos pessoais do Entrevistado 07, 2021.

No início dos anos 2000, sentindo falta de material para pesquisa sobre Araponga o Sr. Geraldo Assis realizou buscas em Mosteiros de Mariana e Ouro Preto, visitou outras Prefeituras e montou o livro 'Conhecer Araponga', material com informações significativas acerca do histórico do município. Segundo o autor, integrante da Banda da Cidade e funcionário da Prefeitura de Araponga, eram escassos os materiais para as crianças realizarem pesquisas, além disso, havia dúvidas sobre o passado do município. Foi relatado que a história local faz parte do conjunto de estórias sobre, porém, ainda não havia nada sistematizado. Buscando sanar as dúvidas e sistematizar a história de Araponga o autor foi a Ouro Preto, Mariana e sedes de municípios vizinhos.

O livro apresenta qualidade bibliográfica que restitui desde os primeiros visitantes até o início de 2003, momento próximo à inauguração do Parque Estadual Serra do Brigadeiro. Nota-se em trechos menos bibliográficos a percepção do autor e também as expectativas em relação ao município após a estadualização do Parque:

Araponga é, hoje, uma cidade que respira novos ares. Totalmente modernizada, mas sem esquecer suas raízes, a cidade tem investido na sua vocação para o turismo ecológico, oferecendo locais de repouso e de descanso para quem procura fugir das tribulações do dia-a-dia dos grandes centros urbanos. (ASSIS, 2003, p.265)

Certamente, a expectativa tinha fundamento e há que se concordar que:

Em apenas uma viagem não se pode conhecer Araponga. O Turista Ecológico só se dará por satisfeito depois de conhecer, o Alto do Cruzeiro, os Túneis das Minas de Ouro, a Fazenda do Caparaó, o Pico do Soares, o Pico do Boné, Pedra do Campestre na Serra da Gramma, Pedra Redonda, a Cachoeira do Boné, da cachoeira da laje, o Rochedo, a cachoeira dos Braga, o Capão, a Pedra Dourada, a Cachoeira são Rafael, a cachoeira do Félix e a Cachoeira de São Domingos, etc. ((ASSIS, 2003, p.261)

De forma complementar, ainda revisando a história oral local, há no livro menção às festividades, rituais religiosos e histórias marcantes de antepassados, colaborando para a compreensão da paisagem de Araponga.

O histórico do café em Minas Gerais está interligado a estímulos governamentais, no início da década de 1970, propostos para a promoção de novos cultivos. Anteriormente, os estados Paraná e São Paulo apresentavam maior participação na produção cafeeira brasileira. Contudo, devido à ocorrência de geadas nas principais áreas de produção nesses estados houve o interesse de investir em novas áreas, chegando-se às serras de Minas Gerais.

Inicialmente, foram estabelecidas áreas na mesorregião do Triângulo/ Alto Parnaíba com maior ênfase que na Zona da Mata Mineira. Com o passar do tempo, a mecanização colaborou para a manutenção do cultivo e, aos poucos, os municípios do Sul e Sudeste do estado apresentaram bons resultados em relação ao café em Minas Gerais.

Na microrregião de Viçosa há municípios com áreas propícias e destinadas ao cultivo do café, em especial, devido à altitude, visto que há pesquisas indicando que cafezais cultivados em terrenos acima de mil metros de altitude tendem a produzir melhores cafés. Dessa maneira, se justifica que há nesses municípios marcas e produtores premiados nacional e internacionalmente. O município de Araponga, além da altitude, produz cafés a partir de técnicas da agricultura orgânica, propiciando outro diferencial.

Com o passar dos anos, a implementação do cultivo do café e o processo de processamento do grão se inseriu pela tradição cultural de Minas Gerais, bem como foram afetados por ela. Dessa maneira, os trabalhos de colheita, secagem e tratamento dos grãos são conduzidos seguindo tradições passadas de geração em geração. Essa característica pode ter influenciado para que exista uma resistência dos produtores em relação às novas tecnologias indicadas para o cultivo do café. Além disso, nota-se, a partir de relatos, uma certa dificuldade para inserção ou criação de associações visando melhorias no processamento e distribuição dos grãos.

Ao todo, há que se considerar que os produtores do café em Araponga não se compõem apenas de descendentes de antigos produtores. Assim, novos produtores, recém-chegados, com um viés mais empreendedor, percebendo o potencial da região investiram em maquinários e tecnologias que estão gerando retorno econômico para o município com os conhecidos “cafés especiais”.

Ao longo das entrevistas foi mencionado o “potencial turístico” de Araponga e, ao observar as cadeias produtivas e atividades presentes no município, percebe-se duas fortes vertentes: o ecoturismo e o agroturismo. O primeiro, turismo de natureza ou ecoturismo, utiliza o patrimônio natural e cultural como base para preservação e conscientização acerca da sustentabilidade. Já o agroturismo pressupõe uma experiência consciente com o rural, com as tradições locais e rurais, buscando vivenciar o cotidiano de um ambiente que se contrapõe ao urbano, aos centros de cidades.

Partindo dessas duas possibilidades, esse trabalho levanta a importância do desenvolvimento de estudos acerca dos impactos da atividade turística no município de Araponga. Atualmente, como mencionado pelo Entrevistado 7, o município não está voltado para os visitantes, mantendo suas atividades cotidianas e rotinas próximas às existentes nos períodos anteriores à implantação do Parque Estadual.

O Entrevistado 9 já participou do Conselho Consultivo do Parque e percebia falta de condutores dentro de Parque, visto que fica centralizado aos funcionários do Parque, ao invés de manter esses poucos funcionários nas atividades de gerenciamento. Retomou que existe uma grande burocracia para definir trilhas, identificar possibilidades e executar, visto o fato de ser estadual. Comentou também que as trilhas sinalizadas são recentes e, por mais que existam possibilidades o Parque caminha a passos lentos.

Segundo o Entrevistado 9, havia um projeto de missões/trilhas, visando atender diferentes visitantes, “chega um grupo e tem o caminhante, tem aquele que prefere ficar na pousada e pode ter alguém que quer se desafiar cada vez mais”. Nesse sentido, citou o Pico do Soares (o ponto mais alto do Parque) que sempre está fechado e segundo ela nem deveria ser divulgado como ponto a ser visitado se não pode ser.

A relação do Parque com a população e com os gestores municipais apresenta-se falha. Além disso, “é feito um turismo tímido considerando o potencial de Araponga e do Parque”, segundo ele, a gerente do Parque tem pouco poder de decisão, devido ao sistema engessado. Externamente, há projetos paralelos que visam atender as demandas, como o Grupo Caminhos do Sol e Trilhas autocondutores. Em relação a esses projetos paralelos sabe-se que foram feitas capacitações, porém, como a primeira parte do projeto foi realizada a partir de patrocínio de uma mineradora, como compensação ambiental, ocorreu uma repercussão negativa e o projeto foi pausado.

A seguir, comentando sobre a atual situação do parque, o entrevistado lembrou que o Pico do Boné está com placa de interditado, mas os turistas entram e não há quem evite que isso ocorra. De forma semelhante, a Fazenda do Brigadeiro está deteriorada, necessita reforma e está em risco estrutural, por isso, foi desocupada após pressão. Por isso, o imóvel está sem um responsável indicado pelo Parque, em consequência, os visitantes passaram a usá-la de forma espontânea e irregular. O entrevistado reforça: “eu não culpo a gestora atual, entendo que ela tem muita dificuldade para agir”, retomando a burocracia que envolve o Parque.

Considerando pesquisas complementares acerca do agroturismo têm-se que a paisagem transformada em função do plantio e manejo de cafezais, bem como as relações estabelecidas pelos cafeicultores com seus pares e seu entorno podem vir a ser base para um turismo que colabore na valorização do produto. Além disso, trata-se de uma alternativa de renda e, pensando a longo prazo, poderá colaborar com o desenvolvimento das regiões produtoras.

Ao considerar a modificação da paisagem, entende-se que a produção intensificada do café não apenas influencia o modo de produção do meio rural, mas também interfere em aspectos sociais, econômicos e culturais de todos os envolvidos. Como apontado por alguns entrevistados, o trecho de Araponga denominado “Areia Branca” foi impulsionado após a expansão dos cafés especiais no município, sendo exemplo de uma mudança de paisagem influenciada pelo plantio e venda do café.

Desse modo, a possibilidade do agroturismo ou do ecoturismo deve ser visualizada como possíveis modificadores da paisagem. E, por isso, vale lembrar que a interferência propiciada por essas modalidades pode acarretar expansão urbana, aumento de poder aquisitivo de alguns grupos sociais, aumento do consumo e, como já ocorre atualmente, maior conscientização ambiental por parte da população.

Percebe-se, a partir de dados do Parque que o turismo vem aumentando ao longo dos anos. É possível, a partir das pesquisas realizadas, indicar que inicialmente o Parque fez o município se destacar, sendo motivo de visitas. Com o passar dos anos o café se tornou a atividade destaque e colaborou para a melhoria do poder aquisitivo de boa parte da população. Como apontado por alguns entrevistados, todo o ciclo do café permite que pessoas tenham serviço, desde a colheita, passando pela limpeza das lavouras, até a adubagem para novos plantios.

A relação do Parque com a Comunidade mudou muito, o antigo gestor tinha um jeito truncado, ainda assim, era bom com todo mundo, sabia o nome dos vizinhos do parque, conhecia as pousadas, passava pelas roças. Infelizmente, a atual gestora, assumiu há 3 anos, não sai da sede, cumpre apenas as obrigações e não demonstra interesse nas relações com a comunidade, não procura interagir e criar laços, evita contatos pessoais com os moradores próximos.

Com relação ao início do Parque, o Entrevistado 7 aborda a existência da possibilidade de compra dos terrenos propiciando a indenização por parte do Estado aos moradores. Entretanto, essa possibilidade não veio a se tornar realidade após as negociações. E, segundo ele, ainda hoje alguns moradores reclamam não ter conhecimento de onde se inicia e onde termina o seu terreno, o que pode ou não pode plantar e, bem como, reclama sua indenização.

Quando questionado sobre perspectiva sobre o futuro, o Entrevistado 7 disse que sente falta de um cuidado maior com os visitantes, já ouviu sobre grupos que “vieram passear e voltaram com fome”. Ele entende que se trata de um investimento arriscado, pois não é certo que o lucro virá será imediato à abertura de comércios ou pousadas, porém ressalta “alguém precisa começar e assim, aos poucos, virá mais gente”.

CONCLUSÃO

Inicialmente a proposta do trabalho envolveu entender as influências decorrentes do turismo propiciado pela implantação de um Parque Estadual próximo ao município de Araponga. Contudo, ao longo da pesquisa entendeu-se que o município já possuía boa estrutura no que tange cuidados ambientais, preocupações com sustentabilidade e participação popular. Além disso, há indícios de que o desenvolvimento do município foi propiciado principalmente pela produção de cafés especiais. Dessa maneira, o trabalho apresentou nova perspectiva após as entrevistas, compreendendo que o processo de pesquisa foi satisfatório.

Ao longo do processo de levantamento bibliográfico, legislativo e de entrevistas foi ressaltado o recorte temporal de 1996 a 2020, sendo interesse do trabalho inferir acerca do período após a estadualização do Parque. A documentação fotográfica não apresentou a relevância esperada para pesquisa, visto que houve dificuldade para encontrar material e o material encontrado não correspondeu às possibilidades indicadas anteriormente.

O processo de formação das paisagens presentes no município de Araponga possui a população como protagonista, nesse município é comum, desde a década de 1930, a formação de grupos para reivindicar direitos da população. A presença de características rurais no município, consideravelmente percebida em área urbana, é motivo de orgulho para a população local, levando a considerar a paisagem do município como, principalmente, uma paisagem rural.

As entrevistas visaram conhecer a percepção de pessoas que investiram em atender demandas de visitantes, como donos de pousadas ou de comércios que estão próximos ao Parque ou foram criados por causa dele. Contudo, tendo em vista o momento pandêmico em que o mundo se encontra e a dificuldade de acesso às proximidades do Parque, as entrevistas se restringiram ao centro e ao distrito do município. De forma complementar, há que se ressaltar a resistência apresentada por alguns donos de pousada quando convidados para participar das entrevistas. Essa resistência pode ser compreendida como um receio em opinar acerca da relação do Parque com a cidade ou, ainda, como um receio em participar de um trabalho acadêmico.

Por fim, é possível inferir que a presença do Parque Estadual Serra do Brigadeiro não influenciou diretamente nas mudanças urbanas de Araponga, no entanto, o parque compõe, junto com os cafezais, a paisagem cultural de Araponga. Além disso, a partir das discussões envolvendo as consequências da implantação de um parque no município, a população - juntamente ao CTA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais-, foram fundamentais para manter as tradições locais e chamaram a atenção para a importância de parte desse território para o cultivo, a moradia e a convivência.

Após essa pesquisa, suscita-se trabalhos que possam entrelaçar as individualidades presentes em cada município do Território Rural do PESB, bem como destacar essas particularidades a fim de que possam ser preservadas. De forma adicional, ao longo das entrevistas, foram comentados possíveis relações entre a gerência do Parque e os municípios do entorno, retoma-se, então, a necessidade de conciliar interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Geraldo Gonçalves de. **Conhecer Araponga/ Araponga**: Jard Produções Gráficas LTDA. 2003. 275P.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve)**: uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação - Educere. Curitiba, 2011.
- BERQUE, Augustin. **"Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz**: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural". In: ROZENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo**: Exercícios de paisagem. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. Tradução de Annie Cambe, - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacionalismo. REVISTA DO IPHAN Nº 23 ANO 1994. p.94-115.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Território da Serra do Brigadeiro. CTA-ZM. 2005. 81p.
- COSGROVE, Denis. **"A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas". In: ROZENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná** / Ângela Maria Endlich. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - Coordenação de Geografia. **Portal de Mapas**. Disponível em <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa219396>> Acesso em 21 jun. 2020.

_____. **Catálogo de Metadados**. Disponível em <http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/main.home> Acesso em: 20 jun. 2020.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Minas Gerais. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>> Acesso em: 20 jun. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/197?task=view>> . Acesso em: 20 jun. 2020.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de et al. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano**. [Debate]. Patrimônio : atualizando o debate. São Paulo: IPHAN. . Acesso em: 24 jun. 2022. , 2006

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin ; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SANTOS, Adailton Damião dos. Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na serra do brigadeiro, zona da mata mineira (1976 a 2006). 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

SCHENK, Luciana Bongiovanini Martins. **Arquitetura da paisagem: entre o Pitoresco, Olmsted e o Moderno**/ Luciana Bongiovanni Martins Schenk; orientador Carlos Roberto Monteiro de Andrade – São Carlos, 2008.